

quem dera fosse

uma declaração de amor¹

Joana Coeli Ribeiro Garcia

1 DA INTRODUÇÃO E DO OBJETIVO

Há anos sou docente junto à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), exatamente desde o dia 04 de janeiro de 1988. Desde então, nos períodos determinados pela Administração Superior desta instituição de ensino, tenho galgado as promoções verticais e horizontais até onde me conduziram os merecimentos. A partir de dezembro de 2012, avizinhou-se nova possibilidade, dependente, em primeiro lugar da defesa de um memorial. E o que vem a ser isto?

Memorial é um documento escrito por um autor expõe seus feitos, portanto suas memórias. Margeia a vaidade ou a “falsa modéstia [...] maneira de desculpar o caráter algo descosido do texto” (FOUCAULT, 2002, p. 136), uma vez que, falar de si próprio é algo sempre pouco confortável. Recorrendo a um tom de meias desculpas, o autor também afirma que “nenhuma aptidão profissional pode ser adquirida sem prática” e vai além para acrescentar que para “aprender a arte de viver é preciso entendê-la como adestramento de si por si mesmo” (p. 133). Somente acatando o que diz esse teórico, arrisco a me adestrar, transcrever e reescrever textos e práticas que desenvolvi na UFPB, inclusive com reflexões daí irreversivelmente advindas. Usando recurso metafórico, assemelha-se ao gesto cotidiano de arrumar gavetas e armários. Aliás, algo que adoro fazer. A diferença, agora, é que, ao invés de me desvencilhar daquilo que não me serve e que pode ser útil a alguém, me apego com certo devaneio ao encontrar papéis envelhecidos pelo tempo e há muito guardados pelo valor emocional e que ainda possuem significativa utilidade para a construção deste texto.

Algumas vezes, a descrição das atividades assume o tom de incitamento e / ou de crítica, nos momentos em que as condições pareciam adversas e eu tentava, lançando mão dos meios disponíveis e favoráveis, chamar atenção para algo plausível e merecido. Este sempre foi e ainda é meu ponto de vista ou a forma encontrada para declarar amor incondicional à UFPB, na esperança, inclusive, de estar fazendo o melhor que sabia ou que podia. Lógico que aqui estão também revelados meus ímpetos, até porque nem houve nem há como segurá-los ou manter sobre eles controle total e irrestrito.

Repito: a UFPB é a instituição onde tenho vivido grande parte de minha vida como ser humano e como profissional. Na UFPB, tenho crescido intelectualmente desde aquele longínquo janeiro de 1988, ao ingressar, por concurso público de provas e com o título de Mestre, graças à elaboração da dissertação intitulada “Disponibilidade e fluxo de informações no Sistema Estadual de Planejamento da Paraíba”. Na UFPB, tenho vivenciado acordos e desacordos, com a intenção sempre única de defender melhorias para a Instituição. Algumas sugestões, acatadas, com maior ou menor facilidade; outras, ainda prestes a ser aceitas; outras,

¹ Verso da canção Iolanda de Pablo Milanês utilizado no Memorial para progressão a Classe E de Professor Titular, apresentado a banca examinadora assim composta: Professora Doutora Ana Cristina de Sousa Aldrigue da Universidade Federal da Paraíba, Presidente; Professora Doutora Leilah Santiago Bufren da Universidade Federal de Pernambuco; Professora Doutora Mônica Maria Montenegro de Oliveira do Instituto Federal da Paraíba; e Professora Doutora Doris Arruda da Universidade Federal de Pernambuco, na qualidade de Membros.

que nunca serão. É a repetição da vida cotidiana intramuros e extramuros! Aqui, registro certos arroubos ao torná-las públicas! Afinal, como dito anteriormente, representam sempre declarações de amor!

Este documento ou “as formas que tomou este adestramento (e que comportava abstinências, memorizações, exames de consciência, meditações, silêncio e escuta de outro), e, mais ainda, sua escrita – o fato de se escrever para si e para outrem –“ (FOUCAULT, 2002, p.132), objetiva mudança de nível, atendendo a Lei n. 12.772 que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, em 28 de dezembro de 2012, alterada pela Lei n. 12.863 de 24 de setembro de 2013, sancionadas pela Presidência do Brasil. A ementa é seguida por Leis, publicadas anteriormente, basilares para chegar ao que interessa e que, no caso, me diz respeito em especial: a progressão na Carreira de Magistério Superior, com fulcro no Art. 12, e no § 2º, incisos I e II, § 3º, inciso IV, alíneas a, b, c, § 4º e § 5º:

Art. 12 – O desenvolvimento na Carreira de Magistério Superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 2º – A progressão na Carreira de Magistério Superior ocorrerá com base nos critérios gerais estabelecidos nesta Lei e observará, cumulativamente:

I – o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível; e

II – aprovação em avaliação de desempenho.

§ 3º – A promoção ocorrerá observados o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses no último nível de cada Classe antecedente àquela para a qual se dará a promoção e, ainda, as seguintes condições:

a) possuir o título de doutor;

b) ser aprovado em processo de avaliação de desempenho; e

c) lograr aprovação de memorial que deverá considerar as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica e produção profissional relevante, ou defesa de tese acadêmica inédita.

§ 4º – As diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção serão estabelecidas em ato do Ministério da Educação e do Ministério da Defesa, conforme a subordinação ou vinculação das respectivas IFE [instituição federal de ensino superior] e deverão contemplar as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, cabendo aos conselhos competentes no âmbito de cada Instituição Federal de Ensino regulamentar os procedimentos do referido processo.

§ 5º – O processo de avaliação para acesso à Classe de Professor Titular será realizado por comissão especial composta por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de profissionais externos à IFE [instituição federal de ensino superior] e será objeto de regulamentação em ato do Ministro de Estado da Educação. (BRASIL, 2012).

Por esse instrumento legal, estabelecem-se as condições para a Classe de Professor Titular, sendo a primeira condição, haver permanecido por 24 meses no último nível da Classe antecedente. Particularizando minha situação, na Classe de Professor Associado, nível IV, cujo documento que permite a candidatura é exigido comprobatório da situação.

Para ordenar o texto, guio-me pelos documentos comprobatórios exigidos pela citada Lei. Início pela comprovação de dois anos como Associado IV (Anexo A), seguida do título de doutorado (Anexo B) e do Currículo Lattes, que arrola atividades desempenhadas ao longo de toda minha vida profissional, antes e depois do doutoramento. No Lattes, há o registro de atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e consultoria, Anexo C. De fato, independentemente de qualquer medida formal e burocrática, a tentativa de ordenar reside no fato de que as lembranças podem ocupar (e ocupam) espaços e, então, “reunir aquilo que se pôde ouvir ou ler, e isto com uma finalidade que não é nada menos que a constituição de si” (FOUCAULT, 2002, p. 137).

2 JUSTIFICANDO O TÍTULO

O título – “Quem dera fosse uma declaração de amor” é um verso de Yolanda, canção de Pablo Milanés, que durante muito tempo fez parte da família Ribeiro Garcia, cantarolada, muitas vezes, alternada com as vozes de Pablo Milanés e / ou dos brasileiros Chico Buarque e Simone. Depois, a canção nos fez chorar as saudades de não ter Iolanda, e se fez menos e menos ouvida! Agora, é hora de retomar Iolanda, certamente não a da canção, para que, por meio de seu *hypomnemata*, registre-se meu nascimento, digitalizado do caderninho de apontamentos, amarelado pelo tempo. Nele, estão os registros de cada um dos filhos. Nesse caderno pessoal, cujo uso “como livro de vida parece coisa corrente” (FOUCAULT, 2002, p.134-135), constam algumas informações inexistentes em certidões de nascimento, porém importantes. São lembranças caras para os filhos, e as uso, agora mais do que antes, para relembrar o que fui e no que me tornei durante minha vivência acadêmica.

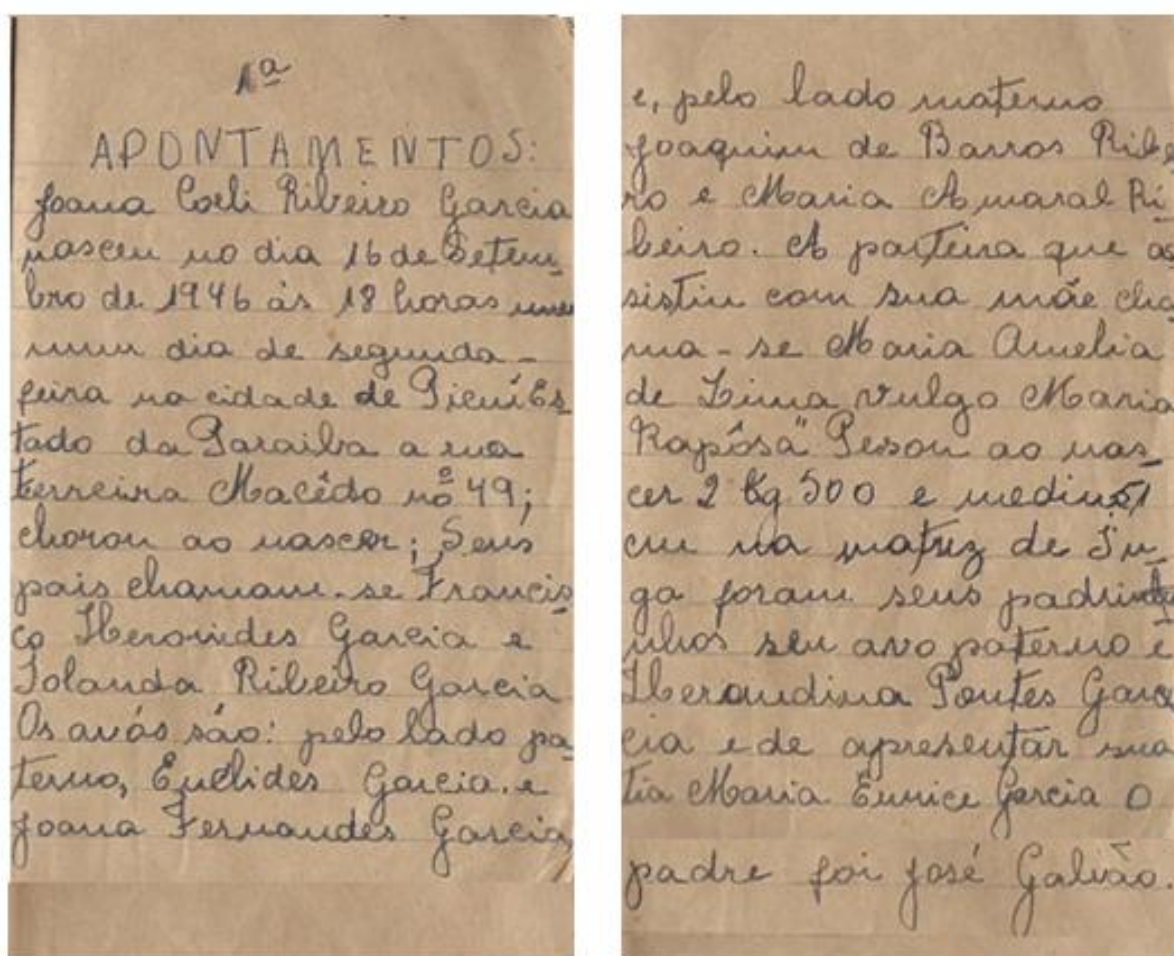
Pelo casamento, minha mãe Iolanda, portando o sobrenome do marido, com orgulho, se dizia Iolanda Garcia, e, paulatinamente, transmitiu aos filhos o orgulho dos Garcia. A vida de casados os fez conhecerem boa parte da Paraíba. Heronides, o chefe da família era funcionário público. A cada transferência, recomeçava a vida noutra cidade. Como decorrência, nós, os filhos, somos nascidos em vários municípios paraibanos. Na memória de cada membro da família, diversidade de nomes e de pessoas que se tornaram amigas e que, às vezes, se embaralharam nas lembranças, mas a quem sempre Iolanda fazia questão de desembaralhar e lembrar fatos e acontecimentos, trazendo à tona, mais do que rostos, vivências, “causos” e histórias curiosas. São amigos que fizemos em vida, alguns dos quais incorporados na memória como “tios”.

Amizade foi uma das coisas que os dois inculcaram nos filhos e a lição foi aprendida. Junto com a amizade, a ética: “[...] se um amigo lhes confia um segredo, vocês não podem revelá-lo a ninguém. E, se um dia, por qualquer razão, a amizade se romper, vocês devem lembrar o período anterior e, por nada, desrespeitar as confidências”. Sábia lição!

Estudo para meu pai era sagrado. Iolanda inculcava sistematicamente o gosto pela leitura ao contar sobre livros e romances lidos ou sobre histórias vividas, valorizando a oralidade. Hoje, lendo “Elogio à leitura e à literatura” do escritor peruano-espanhol Mario Vargas Llosa, recordo de “Os miseráveis”, do francês Victor Hugo. Sobre este último romance, confesso: nunca li. Meu pai deixava suas marcas nos livros; tecia comentários às margens e eu, desde então, não admitia influências. Resultado: não lia os livros por ele lidos. Mesmo assim, conheço bem a história de Jean Valjean, preso por longos 19 anos pelo roubo de um pão. Jean Valjean é a personagem principal do livro. Sua história é bastante trágica. Perde os pais ainda criança, sendo criado pela irmã. Quando ela fica viúva, com sete filhos para criar, ele começa a ajudá-la. Num inverno em que não consegue emprego, desesperado, rouba um pão. É pego e

condenado a cinco anos de trabalhos forçados, que, acrescidos de diversas fugas, tornam-se dezenove. Depois, o encontro com o bispo e seu périplo pelos esgotos de Paris. Iolanda transmitia toda a trama aos ouvintes, seus filhos. Também havia histórias contadas para explicar de onde provinha o nome de cada um. Exemplificando, o meu é renovação de minha avó paterna, falecida antes de meu nascimento. Recebi seu nome e a homenagem a ela está no *coeli* (do céu). Há muitas outras memórias pertencentes ao folclore familiar e que se mostraram decisivas para firmar o caráter de cada um. Eu sou a primeira e não há dúvida, pois ela foi numerando. Hoje, oito vivos, de 12, porque em fevereiro de 2014, Saulo se foi. Se fosse o colombiano Gabriel José García Márquez a contar essa história, diria que minha mãe ficou grávida nove anos e outros tantos passou amamentando...

Figura 1 – Apontamentos perdidos ou reencontrados na memória



3 SOBRE A AUTORA DO MEMORIAL

Para facilitar, encontrei entre os guardados um texto escrito sobre mim por Saulo, meu irmão mais velho. Isso aconteceu por ocasião de meus 60 anos e, evidentemente, pelo tom de homenagem, a ressalva era para minhas eventuais virtudes. Eis, mais uma vez, Foucault (2002), pleno de razão, ao se referir à falsa modéstia e à vaidade do ser humano, o que ganha

forma no momento em que incluo a “declaração de amor” de um membro familiar tão querido:

Gostaríamos nós, que somos a continuidade da nossa aniversariante, fazer uma breve recordação da vida desta que alguns chamam Joaquina, Coroa, Baixinha, Colega, Madrinha, Companheira, Irmã.

Tudo começa em Picuí, onde Iolanda com seus 23 anos (já considerada “moça velha”) casada com Francisco Heronides e, exatamente nove meses após o casório dá à luz uma menina miúda, que de tão pequena chegava a dar medo de não “vingar”. Mas não sabiam eles a criança forte que estavam pondo no mundo e, assim, iniciando a prole dos Ribeiro Garcia. Após ela, vieram mais 11.

Para estudar, a Baixinha e Telma foram para Areia [Paraíba], já que lá teriam tanto um bom ensino quanto uma boa formação doméstica. Daí saiu a mulher prendada que todos conhecem. Mas seu destino ainda estava ligado a Picuí. Casou-se com apenas 20 anos com um filho da terra, Edson, filho de compadres dos pais, e daí nasceu sua única filha Adriana, que ela logo pôs o Coeli para começar a tradição das mulheres do céu. Por conta das diferenças e dos acontecimentos, seu casamento chega ao fim. Joana volta à casa dos pais, agora com uma menina e o sofrimento da doença do pai, que termina com a morte.

Ela volta a estudar, apesar de ter que também trabalhar para seu sustento e de sua filha, contando sempre com o apoio da mãe na criação de Adriana e a participação importante de Saulo, seu irmão mais velho, que doou e continua doando todo seu amor de pai a Adriana.

A Baixinha foi aquela que teve sorte, inclusive de encontrar pessoas boas que pudessem lhe abrir portas, levando em consideração sua capacidade e seriedade na vida profissional. Logo ela foi lutando e como não podia deixar de lado, encontrando novos amores, alguns inclusive duradouros.

Nesse decorrer da vida, foram surgindo as amigas de fé, como: Zezita, Luísa, Madalena e Ângela, que estão juntas desde os tempos da FIPLAN [Fundação Instituto de Planejamento da Paraíba]. Da UFPB, ainda como aluna e depois como professora, Ana Maria, Maria Ana, Leda, Zuleide e Edna, companheiras de vida e de viagens. Foi para o Rio [de Janeiro] fazer especialização e, mais uma vez, contou com a família e, em especial com sua mãe para que cuidasse da filha Adriana. Depois, de volta a João Pessoa veio o mestrado.

E, em 1988, a danada da Adriana lhe apronta uma peça: engravida de Arlan, a quem considero como filho. Nasce Arthur, magrelo, branquinho, de cabelos espetados, e ela se torna avó, com apenas 42 anos. Logo resolve pintar os cabelos. Queria ser e é uma avó jovem de espírito e aparência. Tuquinha sempre que precisou, a avó estava do lado, desde as primeiras vacinas era ela quem segurava, pois sua mãe tinha dó. Mas sua carreira como avó não parou aí. Chega em 1992, Gabriel, exatamente o oposto do irmão, moreno, gordinho e de cabelos cacheados, mas que com o decorrer do seu crescimento se mostrou de comportamento parecido com a avó e de aparência com o pai. Ela mais uma vez cumpriu seu papel, assumindo “as rédeas”, quando necessário.

Por tudo isso, vocês veem que estória ela tem para contar e saudades dos que já se foram. Mas, uma coisa todos que aqui estão sabem que podem contar, com essa grande mulher, para auxiliar, orientar, “puxar a orelha”, sofrer junto e comemorar, pois a Baixinha é chegada a um vinho, cachaça, uísque e já que estamos aqui para isso, vamos festejar seus 60 anos, com a certeza de que muitos ainda virão e que nosso amor é incondicional e eterno”. (Saulo de Tarso Ribeiro Garcia, 16 set. 2006).

4 ESCREVER UM MEMORIAL OU ESQUECER O PASSADO?

Alguns gestores, extrapolando suas atribuições, ordenam o esquecimento de feitos pelos quais não querem ser lembrados. Em contrapartida, homens e mulheres “comuns”

teimam em lembrá-los, ainda que seja para atender à legislação que exige tal exercício com vistas à mudança de nível funcional. Estou nessa condição: lutando com as recordações e resistindo a escrever um texto que fale sobre mim e, simultaneamente, retornando a textos arquivados que relatam algumas situações que me afetaram enquanto partícipe da comunidade universitária da UFPB.

“Esqueçam o passado” – eis frase que aparece no cotidiano com frequência maior do que a aceitável. Às vezes, em tom de súplica, como no caso do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua célebre frase, quando insistia para não ser lembrado como professor. Súplica e ordem causam-me espécie. Por que esquecer? Para que apagar a memória? O que há de tão terrível em lembrar? A mente esquece como forma de se manter saudável. Esquece para dar espaço a novas informações. Esquece, porque há fatos e fatos sem importância. Esquece, porque há “coisas” desagradáveis a serem esquecidas, mas guardadas em lugares recônditos, ameaçam, vez por outra, a voltar à tona. Não recordo o momento exato em que aprendi essa lição. Sei, porém, que não a esqueci. Da mesma forma, também não esqueci vários outros ensinamentos, que se acumularam durante meses e meses, anos e anos, e me fizeram bibliotecária e professora. Como professora, continuo partilhando informações com mestres e alunos com quem aprendo a cada dia um pouco mais ou muito mais. Somente posso fazê-lo porque as informações se mesclam e se transmutam com as já incorporadas. Dessa ação, surgem novos conhecimentos e novas informações. Concluo, assim, que o passado constrói o presente e ambos preparam o pretérito. Então, como aceitar, pacificamente, o imperativo para deletar?

Por sua vez, a Biblioteconomia tem como função primordial e princípio ético a preservação da memória documental. Os primeiros bibliotecários levavam essa função tão a sério que as bibliotecas constituíam verdadeiros labirintos aos quais, quase sempre, somente o bibliotecário-chefe transitava livremente e conhecia o exato lugar das obras. Preservação extrema que impedia a disseminação das informações! Tempos em que o documento – somente ele – mantinha valor de prova. Outras funções se somaram, ampliando a Biblioteconomia, mas a preservação continua sua marca registrada e dela, sem dúvidas, muitas outras áreas do conhecimento se beneficiam.

Em entrevista, o cineasta Jayme Monjardin explicita a importância que as cartas trocadas entre Luiz Carlos Prestes e Olga Benário (vividos na “telinha”, respectivamente, por Caco Ciocler e Camila Morgado), assumem na história de amor em “Olga”, filme de 2004, 141 minutos, adaptação de Fernando Morais, direção do próprio Jayme (<http://olgaofilme.blog.uol.com.br>). Sobre cartas, é ainda o importante filósofo francês Michel Foucault que afirma serem elas mais do que um adestramento de si próprio, porquanto incluem conselhos e opiniões aos outros, sendo, pois, uma estratégia de cada um se manifestar para si próprio e para os outros. Foi isso que eles fizeram.

Ainda que não utilize cartas de minha autoria, imagino que, ao transcrever alguns escritos relativos a atividades ou a posições tomadas, estou à moda do autor francês, deixando-me a descoberto de sucessos e fracassos, de venturas e infortúnios, numa espécie de presença quase imediata e quase física aos acontecimentos. Mas por que as cartas ou esses escritos de que falo referentes ao passado, devem ser esquecidos? E o que seria da História, sem documentos, sem informação e sem memória? Como relatar a presença do homem, no tempo e no espaço, sem esses ingredientes, provas insofismáveis de sua passagem na terra? Razão que leva a outras questões: onde armazenar informações, que se reproduzem em proporções geométricas? Como esquecer as lembranças?

A recuperação de volumes de informação, gerados durante a Segunda Guerra Mundial, faz nascer a Ciência da Informação (CI), que evolui para estudar a relação entre informação e

conhecimento. É a prova cabal que informação expressa em documento ou verbalizada por quem a mantém na memória é essencial para gerar conhecimento. Do presente e do passado; no presente e no futuro.

Por sua vez, a desinformação consiste em filão relativamente recente para o desenvolvimento de pesquisas, gerado, por exemplo, pelo alerta da morte de uma voluntária do laboratório do hospital da *Johns Hopkins University*, Estados Unidos da América (EUA), por conta do desconhecimento dos efeitos nocivos do *Hexamethonium*, produto químico encontrado na maioria dos produtos de limpeza (ao menos no Brasil), mas cuja queima e inalação é tremendamente prejudicial ao ser humano, causando paralisação pulmonar (GOLDIM, 2014). Consulta a base de dados do *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (Medline), revela informações até nossos dias. Porém, à época, não se identificava o produto, porque havia sido retirado de circulação nos EUA e a base de dados não incluía trabalhos de 1950 a 1960, exatamente o período em que se descrevia o elemento e seus efeitos sobre o ser humano.

Esqueçam o passado! Apaguem as memórias! Mas vejam que pode haver danos por falta de informação, por informação errada ou por desinformação. Se há riscos profissionais, na condição de ser social, há o risco de total despersonalização. Somente sou o que sou porque trago comigo herança genética transmitida de meus antepassados aos meus pais; deles para mim; de mim para meus descendentes *ad continuum*. A convivência com eles e os ambientes familiar e social desfrutados formam minha personalidade, determinam minha educação, moldam meu modo de ser, estabelecem meu caráter e minha memória. Negá-los é negar a própria existência.

Esquecer o passado! Por quê? Nele há encontros, desencontros, amores, desamores, coisas vividas com prazer, outras nem tanto, ganhos e perdas. Lembranças muito, muito agradáveis... Dores e tristezas, também. Se há falhas, erros e omissões, deles retiro a melhor lição para jamais tornar a cometê-los. Profissionalmente e pessoalmente, não devo, não posso e nem quero esquecer o meu passado nem apagar minha memória. Desejo me tornar um ser humano melhor. Se meu passado ou sua reavaliação me proporcionam tal oportunidade, abaixo a ordem!

Isso pode soar contraditório, porquanto ao assumir a condição de restabelecer as memórias, continuo reafirmando: não é fácil escrever um memorial! Ainda mais quando não é “Viver para contar”, como o fez o citado Gabriel José García Márquez. Há quem sugira o que colocar ou retirar; como fazer; há quem queira emprestar o seu para servir como modelo, etc. etc. Em síntese, é incômodo, porque esse exercício deve combinar uma série de elementos, como Foucault (2002, p. 141) explicita:

A escrita como exercício pessoal praticado por si e para si é uma arte da verdade contrastiva: ou, mais precisamente, uma maneira refletida de combinar a autoridade tradicional da coisa já dita com a singularidade da verdade que nela se afirma e a particularidade das circunstâncias que determinam o seu uso.

Por tudo isso, somente encontro alento na citação de Michel Foucault para dividir com ele as angústias de encontrar a medida exata ou a singularidade da verdade para não passar do ponto certo e descrever somente o que faz sentido e interessar possa.

5 FORMAÇÃO ACADÊMICA

Até onde me permitem as memórias e as lembranças, uma vez que há ocasiões em que elas se confundem, concluí o então curso primário, hoje, fundamental, no Grupo Escolar Dr. José Maria, no município de Pilar, Paraíba. Na cidade, as condições de estudo iam somente

até o 4º ano, que finalizei em 1958. Falo em condições de estudo, quando, na verdade, deveria falar na falta delas, mesmo em se tratando do rincão de nascimento do escritor José Lins do Rego. Ele, de família de senhores de engenho, esteve sempre estudando, e, posteriormente, escrevendo em capitais famosas. O escritor terminou o curso de Direito em Recife e viveu até 1957 no Rio de Janeiro, onde e quando faleceu.

Eu, aos 12 anos de idade, sabia da existência do Engenho Corredor (propriedade da família do escritor), atual Engenho José Lins, na área rural da cidade em que passeava na ponte sobre o Rio Paraíba sem me aperceber se o escritor tivesse estado por lá. Com certeza, nos tempos em que morei em Pilar, ele lá não estava. Afinal, o que faria naquela cidadezinha de um dos estados mais pobres do Nordeste brasileiro?

Em 1958, prestei o antigo “exame de admissão” no Ginásio Santa Rita, município de Areia, onde cursei todo o ginásial. Na condição de aluna interna, voltava para o lar tão somente nas férias de julho e do final de ano, ou, algumas vezes, em feriados mais prolongados. Vez por outra, ia à cidade vizinha Remígio, para a casa da Tia Julita. Era a oportunidade principesca de tomar banho de açude e comer jabuticaba retirada na horinha. São lembranças vívidas dessa fase. No mais, estudar e rezar. Era o que se fazia no internato. Era sua rotina...

Morei e / ou estudei em cidades de escritores. Em Pilar, José Lins do Rego. Em Areia, José Américo de Almeida e, também, do pintor Pedro Américo, que até então conhecia dos livros de História que traziam seu famoso quadro “Independência do Brasil”. Vivenciar esses lugares nem me deu possibilidades artísticas nem literárias, menos ainda plásticas. Não segui os mesmos caminhos dos compatriotas “ilustres”, mas resta a honra de haver convivido com tais nomes.

Quando imaginava continuar mais tempo em Areia, fazendo o curso pedagógico, meu pai é transferido para a capital João Pessoa, onde fiz o então curso científico no até hoje existente Colégio das Neves. Tempo de soltar as amarras. Não podia ver o portão do colégio aberto que escapava e ia passear pela cidade. Até que as vésperas de concluir o 2º ano científico, ano 1963, a Madre Superiora avisou da possibilidade de vagas para todos os alunos no Colégio Estadual de João Pessoa, atual Liceu Paraibano, face às precárias condições econômicas do Colégio para manter o curso. Com a matrícula garantida, sigo para o Colégio Estadual, onde termino o 2º Ciclo, um pouco mais tarde, ano 1969.

No intervalo entre 1964 e 1969, vivenciei o casamento e a maternidade. O primeiro não durou muito tempo. Ao voltar à casa paterna, fui concluir o científico e me submeter ao exame vestibular. Este me orgulha até os dias em que escrevo estas memórias. A pretensão de cursar Engenharia, sonho que me acompanhou desde a adolescência, foi descartada antes de prestar o tal exame. Realista e vinda de um curso noturno (durante o dia trabalhava no Governo do Estado), reconhecia as condições adversas para aprovação. Assim, elegi um curso no campo das Ciências Sociais, mais especificamente, Biblioteconomia. Apostei alto, varando madrugadas para dar conta de estudar Sociologia e História visando à aprovação no vestibular. E assim foi!

Após o ciclo básico, entro no Curso de Graduação em Biblioteconomia, integrando a segunda turma no âmbito da UFPB, com conclusão em 1972. Somente após aposentadoria do Estado, ingressei na UFPB para exercer o magistério. Nesse período, a Universidade encontrava-se dispersa pela cidade e o curso de Biblioteconomia funcionava na Escola de Filosofia, Avenida Getúlio Vargas. Ainda como funcionária da FIPLAN, fui intimada por seu presidente para realizar curso de especialização. Em 1978, sigo para o Rio de Janeiro, e no, hoje, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), realizo Curso de Especialização em Documentação Científica.

Logo que possível, também realizei o Mestrado em Biblioteconomia, período 1984-1986, desta feita na UFPB. Desse tempo, registro a amizade com Maria das Graças Targino. A princípio, a olhava de esquelha. Mais adiante, explico, em prefácio de livro por ela escrito, que minha desconfiança provinha do fato de ser eu descendente de índios. Mas minhas grandes amizades foram feitas assim, muito devagar, com certas reservas. Com Edna Torreão, também foi assim. Eram as duas minhas colegas de turma e até hoje, por ambas, nutro muita admiração pela seriedade, inteligência e competência com que realizavam as tarefas que o curso exigia. Elas continuam assim, até os dias atuais.

Aliás, aqui conto um “causo” que não é de Iolanda, mas genuinamente de Joana Coeli. No Mestrado, fui reprovada na disciplina Metodologia do Ensino Superior. O professor ministrava aulas maravilhosas e nos avaliava somente por meio de entrevistas. Eu, para variar, me recusei a participar de todas elas, afirmando desafortadamente que nunca seria professora. Minha permanência no Mestrado era para ser somente pesquisadora. Como o professor dizia e repetia, “me reprovei”. Na segunda vez, cursando a disciplina, a amiga Edna, nos dias de entrevista, ficava à porta para impedir minha saída antes de cumprir a atividade exigida pelo mestre. Devo isso a ela e, também, a Sebastião de Souza, que também muito contribuiu para o término da disciplina.

Ao finalizar o Mestrado, me candidatei ao cargo de Professor Auxiliar na UFPB, confesso, não sem resistência. Dizia a quantos me conheciam que jamais seria professora. Paradoxalmente, me preparei tanto quanto pude para não pagar pelo que havia dito antes ao professor de Metodologia e à Chefe do Departamento de Biblioteconomia, Jeruza Lucena. Passei no concurso. Em janeiro de 1988, fui contratada. Logo em seguida, para me desincompatibilizar dos dois empregos, solicitei aposentadoria do cargo do Estado, e me mantive em caráter de dedicação exclusiva junto à instituição de ensino superior (IES) até os dias atuais.

As atividades assumidas na UFPB me permitiram manter com a tecnologia uma convivência sistemática. E não está a tecnologia sempre no cotidiano de todos nós? O sociólogo espanhol Manuel Castells Oliván (1999, p. 4) afirma que nem a sociedade determina a tecnologia, nem esta aquela, vez que a “tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. A partir do momento em que o homem conseguiu dominar a natureza e colocá-la a seu serviço, ele produz tecnologia, presente revelador da passagem humana sobre o planeta.

Na atualidade, a convivência com as tecnologias de informação e de comunicação (TIC) influencia as relações pessoais, de trabalho, e de informação, tornando necessário que, cada vez mais, se disponibilizem produtos e serviços, com o fito de vencer o *gap* tecnológico, econômico, social e cultural, existente entre países centrais e periféricos ou entre regiões de um mesmo país. Sem intervir, fui designada para ministrar a disciplina Disseminação da Informação II, que lançava mão de meios eletrônicos para a formação de bases de dados e o acesso às informações aí contidas, implicando tanto adoção quanto geração de tecnologias, conceitos estreitamente relacionados à ciência e ao conhecimento. Por isso, não sei determinar com precisão: se fui eu quem se apaixonou pelas TIC ou se foram elas que me escolheram. Melhor explicar o enredamento com a tecnologia pelos antecedentes contextuais de Barreto (1992) que tratam dos mecanismos de absorção de tecnologia. Indicam envolvimento políticos e ideológicos que, subjetivos, interferem e influenciam no processo de produção de tecnologia. Portanto, são eles responsáveis pelo meu envolvimento e por essa revelação.

6 DO DOUTORADO E DE SUAS MOTIVAÇÕES

Com base em quadro teórico da Ciência da Informação, de suas origens e de questões atuais, identifique motivação relacionada à informação tecnológica, para estudo da tese defendida em 2004. Escolho a patente, definida como documento de registro da informação tecnológica em que o detentor pode ou não industrializar a tecnologia. A patente pode ser referida com este sentido, mas também como conteúdo da própria informação. Ressalte-se que pode haver patente cujo produto é industrializado ou para conceder o título de propriedade a alguém sem, necessariamente, o produto objeto do direito, ser fabricado, usado ou vendido. A patente me “laçou” de forma tão envolvente que supriu a lacuna da Engenharia.

Justifico tal escolha admitindo que as influências da sociedade perpassam o conhecimento de quem as recebe e influenciam o que se produz. São envolvimento subjetivos interferindo no processo criativo. Tomados com amplitude, eles interferem em todo o fluxo informacional desde a transmissão até sua recepção para geração de novo conhecimento. É o incomensurável, invisível, revelando o quê, quem e porque sou.

Com alguns professores com diversidade de formação, inclusive em Engenharia, e vários alunos desenvolvi projetos dentro do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), objetivando conhecer a necessidade de informação de alguns ramos industriais. O início se deu pela construção civil, com âmbito geográfico restrito à Paraíba. Aos poucos, outros tipos de indústrias relacionados à Engenharia Civil foram agregados, tais como: esquadrias metálicas e de madeira, cerâmica vermelha e de revestimento, pedras ornamentais ou mármore e granitos.

Empresas de micro e de pequeno porte competem com as grandes corporações do mercado nacional que, na maioria das vezes, já conquistaram espaço e clientes. Fácil compreender que as demandas desses ramos industriais demonstram que suprir as expectativas dos consumidores é a preocupação dominante do setor produtivo para sobreviver. Os consumidores, cada vez mais exigentes, buscam serviços de qualidade, novos produtos com o menor custo possível. As solicitações das empresas pesquisadas apontam possibilidades para a adoção de atividades em parceria com diversos setores das IES. Em se tratando da UFPB, além de sugerir a qualificação de seus empregados por meio da realização de cursos, indicando, especialmente, a Escola Técnica (hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, IFPB) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), embora sempre com a possibilidade de envolver outras instituições.

Uma certeza tornava-se latente. Os laços entre universidade e empresas devem ser estreitados para que estas absorvam o conhecimento produzido. Cabe às instituições de ensino e pesquisa conhecer demandas e necessidades do setor produtivo para gerar, então, o conhecimento condizente. Por outro lado, o setor produtivo era questionado pela informalidade no uso da informação tecnológica. Constituiu-se uma contradição com os preceitos da CI, porque a informação registrada em documento é mais valorada do que aquela veiculada de forma oral, tendo inclusive permanência temporal e valor de prova.

Assim, a potencialidade da informação tecnológica representada pela patente brasileira a ser transformada em conhecimento anima novos e incessantes estudos e pesquisas, sobretudo, na esfera da CI, instância de reflexão das ações que se estabelecem entre informação e conhecimento envolvido no indivíduo, como Barreto (2002) afirma. Por isso, nada mais óbvio do que determinado tipo de informação ser estudado por profissional da área.

Era o que parecia. Ao concorrer à seleção do doutorado, no IBICT, a ideia se concretiza em projeto de pesquisa. A informação tecnológica inserida na sociedade atual, uma forma de estudar antigo problema e suas relações com o conhecimento. Portanto, a transferência de informação tecnológica, entendendo como gerar conhecimento e, então,

voltar novamente para seu espaço de convivência. Atenta ao cerne da CI, entendida como campo que engloba a pesquisa científica, a prática profissional, os problemas decorrentes dessa prática e os métodos escolhidos para tratá-los, como bem preceitua Saracevic (1991).

O interesse por determinado tipo de informação como objeto de estudo e a combinação do pessoal com o profissional ampliam as possibilidades de realização da pesquisa. De outra parte, o conhecimento adquirido com a absorção da informação para geração de tecnologia pode trazer benefícios para aqueles que estão na academia, resultando na ampliação de pesquisas no campo da Ciência da Informação visando ao avanço tecnológico do País, sobretudo, em época de modificações radicais das TIC. Em suma, os fins justificaram os meios e em 2004, defendi a tese intitulada “Novas relações na transferência do conhecimento: patente, tecnologia, inovação”.

7 INTERREGNO ENTRE UFPB E UFRJ

O tempo que medeia meus dois reinados alusivos à minha formação acadêmica está compartilhado, essencialmente, em duas IES. Na UFPB, fiz minha graduação e Mestrado em Biblioteconomia. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cursei o citado Curso de Especialização em Documentação Científica enquanto funcionária pública do Governo Estadual e, bem adiante, Doutorado em convênio com o IBICT.

O contexto destas universidades ou das IES brasileiras, em geral, nem sempre foram promissores, a ponto de, no dia 24 de agosto de 2005, a Rede Globo de Televisão, em seu programa de telejornalismo “Jornal Hoje” recorrer à chamada: “universidades pedem ajuda”. E a notícia: deputados federais recebem nesta quarta-feira, em Brasília (Distrito Federal), um pedido de socorro financeiro dos reitores das universidades públicas. A televisão mostrava duas universidades do Estado do Rio de Janeiro com estruturas físicas em situação caótica.

Estive na UFRJ entre fevereiro de 2000 e fevereiro de 2004, na condição de doutoranda, cujo curso funcionava num dos blocos da Universidade do Brasil. Prédio imponente, belíssimo, na Praia Vermelha, quase defronte ao Iate Clube. Alguns metros mais, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), o Pão de Açúcar e a pista bem te vi que o circunda, sempre cheia de gente caminhando e plena de saguis que pulam dos galhos das árvores e se mostram aos transeuntes. À direita, a montanha. À esquerda, o mar. Eis síntese da imagem onde se situa parte da UFRJ, prédio histórico, privilegiado, mas sem conservação, sofrendo as tremendas intempéries do tempo.

Quando verbalizava para os colegas o sentimento que me causava aquele abandono, invariavelmente me perguntavam: e a UFPB, como é? Falava dos prédios cuidados, da horizontalidade da universidade, da reunião de todos os cursos num *campus*, de salas de aula com o mínimo indispensável, de ambientes de estudo para os professores, de espaços para a pós-graduação, dos armários para a guarda de materiais dos alunos, dos laboratórios de informática, da Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), climatizada, com claridade, mesas para leitura, etc. Falava diante de olhos espantados das condições muito melhores do que as desfrutadas na UFRJ, ao menos em termos físicos.

De fato, a reportagem mostrou uma UFRJ sem recursos financeiros para honrar as contas de água, luz e telefone. Bebedouros retirados dos corredores e sanitários fechados por falta de água. Laboratórios interditados por falta de energia. Diretores driblando goteiras e pedaços de reboco que teimavam em cair sobre suas cabeças e mesas. Imaginem a cena! E o pedido: senhores deputados, por favor, não cortem as verbas orçamentárias das IFES [instituições federais de ensino superior]! Senhores deputados, socorram as instituições de ensino superior enquanto existem!

Ao voltar da qualificação, grande susto: deparo-me com a UFPB em situações semelhantes às da UFRJ. Agora, a pergunta é invertida: na UFRJ, as coisas são melhores? Ao que respondia: cheguei lá um pouquinho depois da passagem de Átila, rei dos Hunos. Em casa, reclamo porque o prédio da Reitoria, há anos, não via uma mão de tinta e no *hall* da UFPB, as goteiras faziam concorrência aos sem teto. Nos corredores do CCSA, não havia bebedouros funcionando. Depois de ficar trancada num banheiro, por não ter como abri-lo pelo lado interno, colocaram trincos nas portas. Agora as descargas funcionam. Houve tempo em que se usava o balde. As salas de aula necessitam de mesas e cadeiras para os professores. Para os alunos, as cadeiras são, quase sempre, em número insuficiente e nas cadeiras existentes, só se podia sentar quem usava jeans para não rasgar as roupas mais delicadas. As telas para uso dos projetores eram folhas de fórmica que imitavam o côncavo e o convexo de Roberto Carlos, e teimavam em se despregar dos quadros em que se usava giz.

Mas isto nem era o pior! Os professores incluíram em seu vocabulário o verbo “disputar”: disputavam-se salas de aula, retroprojetores, computadores, *datashows*. Aqueles com condições financeiras “invejáveis” pintavam as salas em que ministravam aulas, envernizavam carteiras e / ou colocavam mesas. E fechaduras nas portas! O investimento lhes garantia o direito “supremo” às chaves e ao uso exclusivo das salas.

Diante do pedido de socorro tornado público para a sociedade, em rede nacional e em favor do visível descrito, alguém conhece a resposta dos deputados federais? Para as comunidades das IES, a notícia veiculada na Rede Globo nada tem de novo, a não ser o pedido explícito de socorro. Socorro para que se possa honrar o mínimo. A qualidade das atividades acadêmicas afetadas não foi aventada. Como produzir num ambiente insalubre, desgastado, sem motivação e ainda mais, tenso? Há muito tempo, a universidade brasileira sofre com condições adversas advindas de corte de verbas, redução de pessoal e congelamento de salário!

O invisível para a sociedade é quando os professores compram o material para uso em sala de aula e laboratórios de pesquisa! Livros ficam mais caros, a cada ano. As bibliotecas não acompanham o avanço do conhecimento. Logo, adquire-se somente o estritamente necessário. As assinaturas de periódicos foram substituídas pelo Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e pelo uso crescente da *web*. Este último espaço, em contraposição, amplia as despesas pessoais dos docentes com papel, cartuchos de tinta, CD, energia elétrica e telefone. Também é necessário contabilizar a tarefa de secretários e de digitadores assumida por professores, porque o contingente de recursos humanos não tem sido repostos, no decorrer dos anos, em quantidade e qualidade suficiente. Nem o dos funcionários, nem o dos docentes. Quantidade menor de pessoal realiza as mesmas tarefas. Sem reposição, algumas atividades sofrem em termos de qualidade e de quantidade, somente explicada pela teoria econômica dos rendimentos decrescentes!

Indo além, em 2005, a UFPB completou 50 anos de existência com avanços e retrocessos. Fases áureas, incluindo edição de livros e de periódicos, justificando sua existência. O que pode ser mais significativo e mais importante para uma instituição acadêmica do que perpetuar seu conhecimento? É o invisível fazendo a diferença! No entanto, os indicadores de ciência, tecnologia e inovação oferecem a medida exata da situação brasileira e paraibana. No *ranking* dos países que produziram artigos científicos mais citados, o Brasil ocupava o 23º lugar, passando de 0,2% entre 1993-1997, para 0,5%, entre 1997-2001 (LETA; CRUZ, 2003; MARQUES, 2004). Dos periódicos científicos brasileiros indexados na base do *Institute for Scientific Information* (ISI), segundo dados de Targino e Garcia, divulgados em 2000, apenas um era publicado por uma IFE, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Aliás, na produção de tecnologia e inovação patenteada, a UFRJ perdeu o terceiro lugar nacional para a UFMG. Isto porque o número de doutores ativos em pesquisa cresceu 64%, em Minas Gerais, enquanto no Rio de Janeiro, meros 51%. A UFPB ou outra instituição da Paraíba não aparece no *ranking*. Seu Núcleo de Tecnologia foi desativado e os arquivos estão na Coordenação Geral de Pesquisa, Ciência, Tecnologia e Inovação. Ao menos, não foram incinerados ou vendidos como papel velho!

Ano 2014, os indicadores sugerem melhorias. Na *Web of Science* (WoS), o Brasil conta com 117 títulos de periódicos, dos quais três são da CI: “Informação & Sociedade: Estudos” (<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies>); “Perspectivas em Ciência da Informação” (<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci>) e “Transinformação” (<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo>). Coincidindo com a ordem alfabética, o primeiro é “Informação & Sociedade: Estudos”, editado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação / UFPB, segundo dados de Silva e Fujino (2014).

Em termos de produção científica, o Brasil ocupa o primeiro lugar dentre alguns países da América Latina, tais como México, Argentina, Chile, Colômbia e Venezuela, com 94.622 artigos publicados, para o total de 170.287, dos quais 25,5% pertencem ao Estado de São Paulo. O levantamento feito na WoS e publicado por Cruz e Guralnik (2011) é revelador destes dados. Mas essa realidade não pode ser festejada à exaustão. Isso porque, na listagem das 20 primeiras universidades do mundo, em termos de produção científica, como Lopes (2002) chama atenção, nenhuma IES brasileira aparece. Enquanto isto, dentre as 20 instituições latino-americanas de maior destaque, 12 são brasileiras. São elas: Universidade de São Paulo (1º), Universidade de Campinas (4º), UFRJ (5º), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (7º), UFMG (8º), Centro Brasileiro de Pesquisas em Física (9º), Universidade Federal de Santa Catarina (11º), Universidade Federal de São Carlos (15º), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (16º), Universidade Federal de São Paulo (17º), Fundação Osvaldo Cruz (18º), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (19º).

Óbvio que não consta IFE ou IES das regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste do Brasil. Assim, a quem insiste em perguntar quais são as bases para sustentar que o conhecimento científico brasileiro está no Sul-Sudeste, aí estão indicadores que não enganam e que não representam mero senso comum. Em se tratando especificamente da UFPB, em listagem das universidades brasileiras, divulgada pela “Folha de S. Paulo”, em 2013, ela figura na 24ª posição; 44ª em ensino; 33ª diante do mercado; 28ª em pesquisa; e 27ª em inovação. É uma melhoria de lugar essa classificação, mas é preciso reforçar a ideia de que inovação e tecnologia consistem em indicadores que determinam elevação da condição econômica das coletividades. De outra parte, estes são acompanhados por ensino e pesquisa. Ainda há muito por se fazer nesses segmentos, se desejamos ocupar melhor lugar em *rankings* universitários de qualquer teor.

A UFRJ de 4º lugar foi para o 2º, disputando com a Universidade de São Paulo que não perde a primazia. Privilegio estas questões por uma simples razão: o que vejo me traz sofrimento, ou seja, enfrentar as condições em que estão as duas universidades do meu coração, responsáveis por minha formação acadêmica é doloroso! Nas duas, estudei em diferentes estágios. Nas duas, fui e sou acolhida. Por reconhecimento, gostaria de falar em qualidade acadêmica, em valorização do trabalho intelectual, num clima, em que estímulo, encantamento e fartura fossem promissores e oferecessem dignidade a quem ostenta o qualificativo de professor universitário. Escolha profissional! Invisível declaração de amor!

8 ENFRENTANDO A UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Retorno ao lar após quatro anos. Carinhosamente, chamo de amnésia o tempo desse afastamento. A volta é tempo de adaptação, sofrida em alguns aspectos, porquanto há muita mudança para absorver. Dentre elas, a de reapresentar a tese para aprovação pelo Departamento de Biblioteconomia e Documentação (DBD), por uma determinação baixada pela Resolução n. 07 / 2004 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da UFPB. Tal Resolução, em seu § 5º, Art. 13, dizia que: “O trabalho científico resultante do afastamento para capacitação: tese, dissertação, monografia, artigo, livro, obra de arte, patente ou demais produções, deverá ser aprovado pelo Colegiado Departamental [...]” (grifo nosso).

Entendi que isso implicava qualquer das situações: aprovação; aprovação com reformulação; desaprovação de parte; reprovação total, retirando da Banca Examinadora a força de sua decisão anterior, inclusive, extrapolando as atribuições do Colegiado Departamental. Decerto, a Resolução gerava situação constrangedora para a UFPB, tendo em vista a aprovação na seleção do Doutorado pela parceria UFRJ / IBICT e a aceitação de orientação por parte do Dr. Aldo de Albuquerque Barreto, sem levar em conta que a Banca que me aprovou esteve constituída por cinco renomados doutores da área da Ciência da Informação de diferentes IES brasileiras. Afora o orientador, Drª Marta Araújo Tavares Ferreira - Universidade Federal de Minas Gerais; Drª Rosali Fernandez de Souza UFRJ / IBICT; Dr. Carlos Henrique Marcondes – Universidade Federal Fluminense; Dr. Geraldo Moreira Prado UFRJ / IBICT. Esses avaliadores e a própria IES (UFRJ) se sentiriam completamente desautorizados e desacreditados se tomassem conhecimento do que a UFPB exigia.

Com esse espírito, encaminhei a tese ao DBD, acatando a Resolução, mas, ato contínuo dirigi requerimento ao CONSEPE, objetivando dirimir as dúvidas da redação supra, inclusive, propondo a reformulação do referido § 5º, para: “O trabalho científico resultante do afastamento para capacitação: tese, dissertação, monografia, artigo, livro, obra de arte, patente ou demais produções, deverá ser apresentado ao Colegiado Departamental para conhecimento, após o que, será encaminhado à Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPG); cadastrado na Biblioteca Central e na Biblioteca Setorial do *campus* ou do Centro de origem do beneficiado”.

Na ocasião, esclareci que a proposição não constituía rejeição às determinações da IES, tendo em vista já haver encaminhado a tese ao DBD / UFPB, nos termos da Resolução n. 07 / 2004. Acrescentei, inclusive, acreditar que uma apresentação aos pares seria uma forma elegante de lhes dar a conhecer a tese e uma oportunidade de com eles debater aspectos do trabalho. Dispensável afirmar que meu requerimento foi acatado pelo CONSEPE e se concordou com nova redação ao § 5º do Art. 13 da **Resolução n. 07 / 2004, nos termos sugeridos.**

9 A BATALHA SEGUINTE

Animei-me pelo retorno e por estar recebendo um presente! Ao menos considerei assim ao ser designada para ministrar a disciplina Planejamento Bibliotecário no Curso de Graduação em Biblioteconomia, segundo semestre de 2004. Surpresa agradável! Afinal, há 18 anos concluíra minha dissertação de Mestrado sobre planejamento, e pela primeira vez, ministraria a disciplina.

Presente oportuno, em primeiro lugar, porque motivada pela elaboração do programa da disciplina, pesquisava novos textos. Com eles, a renovação e a consequente atualização de conhecimentos. Coincidência feliz, porque estava bastante interessada em discutir o significado de estratégia. Instigada pela veemência de alguns em negar o uso de estratégia para atendimento de determinados objetivos, me fazendo supor que o termo era entendido com sentido pejorativo e / ou incompreendido em sua dimensão.

Revendo prováveis razões para a ocorrência, busquei os sentidos apresentados por Ferreira (2014, não paginado) em seu dicionário de língua portuguesa:

1. Arte militar de planejar e executar movimentos e operações de tropas, navios, e / ou aviões, visando a alcançar ou manter posições...
2. Arte militar de escolher onde, quando e com que travar um combate ou uma batalha. [Cf. tática]
3. P. ext. Arte de aplicar os meios disponíveis com vistas à consecução de objetivos específicos.
4. P. ext. Arte de explorar condições favoráveis com o fim de alcançar objetivos específicos.
5. Fig. Fam. Ardil, manha, estratagem.

As definições 1 e 2 utilizadas prioritariamente nos combates e nas batalhas para vencer guerras dão origem ao uso do conceito na área de planejamento. E estão definidos nos itens 3 e 4 como utilização de meios disponíveis e recursos favoráveis para alcançar objetivos propostos na área do planejamento, usado tanto por governantes quanto por organizações empresariais e sociais, como ainda pelo indivíduo para programar seu dia a dia. A definição 5, explicitada com o sentido de ardil, manha ou estratagem, envolve certa aura pejorativa, antiética de utilização dos meios e dos recursos para consecução do fim proposto. Seria este sentido generalizado como algo torpe, responsável pelas reações negativas? Qualquer que seja a resposta, o significado de estratégia deve ser encarado como maneiras, meios ou formas de atingir determinado fim.

Matus (1989, 1996, 1997), além de teórico do planejamento estratégico situacional, nos brinda com aulas de vida importantíssimas. Refere-se a três tipos de tomadores de decisões estratégicas. O primeiro deles é o chimpanzé para quem o fim é ele próprio. Neste sentido, divide o grupo que dirige, para que briguem entre si e ele possa, ao ficar ao lado da maioria, manter-se em destaque. Depois, se o próprio grupo se tornar uma ameaça, ele torna a dividi-lo e, de acordo com sua conveniência, de novo, troca de lado. Lembro-me de políticos brasileiros e penso que qualquer semelhança não é mera coincidência...

O italiano renascentista Nicolau Maquiavel oferece a base para o segundo modelo. Para ele, todos os meios utilizados lícitos e ilícitos são justificados, pois a pretensão é o bem-estar do povo. Em nome desse pretense estado de perfeita satisfação física ou moral, tudo se justifica, porque os fins justificam os meios. Há ainda um terceiro modelo, que se baseia em Mahatma Gandhi, idealizador e fundador do moderno Estado indiano. Ghandi prega a renúncia aos prazeres, a humildade, a vivência das situações, e, sobretudo, um comportamento exemplar diante da vida e do outro. Sem sombra de dúvidas, trata-se de ideal difícil de ser atingido porque demanda aprendizado e renúncia constantes.

Os modelos mostram diferentes graus e estilos de governabilidade e de uso de estratégias. Nos dois primeiros, há a atuação de um sobre os demais, enquanto o terceiro conduz a uma coordenação com cooperação. Este ao ser alcançado provavelmente encontrará um Maquiavel ou um chimpanzé travestido, o qual, ao menor descuido, reutilizará estratégias para retornar ao poder ou retomar o poder.

Adultos em certas situações não admitem usar estratégias. Infiro, portanto, que não sabem o que é estratégia. Ou ao contrário, sabem e a utilizam como ardil ou estratagem. Tentam ingenuamente negá-la, auferindo crédito à hipótese inicialmente levantada. Uma criança chora para que a mãe a pegue no colo (estratégia). Se alguém ameaça seu espaço,

chora mais e mais para chamar atenção para si (manha). Inconscientemente, utiliza estratégias / estratagemas para não ser destronada. Crianças e adultos, de maneira consciente e inconsciente, adotam estratégias no cotidiano, sobretudo, quando assumem posições de mando.

Para Matus (1996), a estratégia pode ser de cooperação, de oposição ou de conflito. Pode ser transparente, aberta ou oculta. De qualquer forma, indica algo indispensável para alcançar objetivos traçados. Logo, estratégia pode ser vista como recurso para superar obstáculos como nos jogos esportivos: significa ter um plano de jogo para vencer as dificuldades. Também é usada na teoria matemática dos jogos, como forma de lidar com outro ator, que também joga, e cujas jogadas finitas e enumeráveis produzem benefícios e custos determináveis. É, ainda, um modo de lidar ou cooperar com o outro num jogo social para vencer sua resistência e obter colaboração, numa situação que se deseja alcançar. Este, aliás, é o sentido adotado pelo planejamento estratégico situacional.

O termo estratagema não aparece nas definições do teórico. Porém, um objetivo a ser perseguido é sempre estratégico. Nessa direção, pequenos passos são dados. São as táticas de avanço ou de recuo, de acordo com os meios que se apresentam ou que se acham à disposição para uso. A designação ética e a antiética têm suas razões. Ambas objetivam manter posições, minimizar a concorrência e atingir a consecução de objetivos.

10 O 14 DE JULHO

Acredito que estratégia foi o que utilizaram comigo ao me convencerem a assumir a Coordenação do Grupo de Trabalho para Aplicativo de Proposta de Curso Novo para a Pós-Graduação (APCN), tendo em vista que durante minha estada fora, a chamada amnésia, o Mestrado em Ciência da Informação da UFPB havia sido descredenciado. Assumi a tarefa com empenho e em 14 de julho de 2006, o Comitê Técnico Científico da Capes formalizou a aprovação do Projeto, autorizando o funcionamento do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, para gáudio dos que consultavam o portal da Capes diariamente.

Esse contexto é explicitado para ser guardado nas memórias. Importa registrar como cada um dos que faziam o DBD (atual Departamento de Ciência da Informação, DCI) tem responsabilidade efetiva e de ação junto ao processo do PPGCI. Os funcionários, ao possibilitarem as condições mínimas de trabalho. Os alunos, cobrando, como forma de incentivo. Os professores substitutos e cada um dos veteranos atendendo a cada solicitação, inclusive, gerando a produção demandada. Além da coincidência da data (14 de julho), também há que se considerar como a Tomada da Bastilha (ou Queda da Bastilha, evento fundamental da Revolução Francesa, datado em 14 de julho de 1789), face à efetiva participação de todos, usando cada um os instrumentos e as condições de seu dia a dia.

Um ano após (14 de julho de 2007), havia o registro de conquistas que merecem ser conhecidas. Embora não representassem, ainda, “mil maravilhas”, foram o estímulo para distanciar o grupo de qualquer resquício de acomodação. Eis alguns dos registros:

- Dois alunos com bolsas da cota da UFPB.
- Dois professores bolsistas de produtividade do CNPq, possibilitando mais duas bolsas.
- Recursos financeiros zero. Solução: fizemos o que independia de finanças, utilizando o capital intelectual e a obstinação de todos.

- Em junho de 2006, a produção científica exigida pela área estava garantida, com três docentes aguardando publicações de textos para completar o indicador solicitado.
- Três projetos foram aprovados junto ao CNPq, credenciando o Programa a novas tentativas no próximo ano com a chance de mais bolsas de produtividade.
- “Informação & Sociedade: Estudos” completa o ciclo de 17 volumes, todos na *web*, utilizando o *Open Journal Systems* (OJS) / Sistema de Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), graças a financiamentos do CNPq e da Capes com vistas a ampliar a qualidade gráfica.
- Aprovação junto ao Programa Fullbright para a vinda da pesquisadora norte-americana Ann Bishop para o PPGCI, agosto de 2008.
- Articulação com a paraibana Ana Flávia Medeiros Fonseca, doutora em Ciência da Informação pela *Maryland University* e docente daquela instituição, para sua contratação como pesquisadora visitante.
- Assinatura de Doutorado Interinstitucional (DINTER) com a UFMG visando à qualificação de outros professores do DCI e, portanto, à ampliação do quadro de doutores.
- Aula magna proferida por Johanna Smit, Professora Adjunta da representação da área junto à Capes, que focalizou, no momento, as perspectivas da Ciência da Informação e os critérios da agência de fomento.
- Depois, o conceito quatro, condição *sine qua non* para o recomeço da luta por um projeto de doutorado, encaminhado em 2009, constante do cronograma de atividades do Programa. À época e até hoje, trata-se de luta permanente, em que cada partícipe possui peso igual.
- Expectativas de que, nas próximas quotas para concurso, os dirigentes do CCSA / UFPB considerem o realizado pelo PPGCI e destinem número de vagas maior do que nos anos anteriores.

Esse relato e / ou plano de trabalho demonstra o tanto que havia para comemorar. A história conta fatos que vão do descobrimento passando pelas proibições da metrópole, etapas de subordinação, erros e acertos cometidos, e, também, de insubordinações para conquistar o que se merece. São exemplos que reforçam a força de vontade para alterar o curso dos acontecimentos na direção desejada, aproveitando as oportunidades estrategicamente.

A este respeito, é ainda Matus (1989) quem afirma: cada um é o condutor de seu futuro, usando os instrumentos como ferramentas para conquistar graus de liberdade. Naquele momento, o futuro do grupo era o doutorado, hoje, sonho já concretizado no PPGCI! Porém, agora, para assegurar a continuidade, a meta é alcançar o conceito cinco. Isso também pode ser explicado por teorias administrativas ou econômicas. Quando a organização alcança determinada visão almejada, transforma-se em missão e parte, de imediato, em busca de nova visão ou novo foco. Como na teoria dos rendimentos decrescentes, se não há um objetivo novo que motive a equipe, a tendência é o decréscimo da produtividade por conta da constância do desempenho contínuo de atividades iguais ou parecidas.

11 NOVA BATALHA

Acertada a disciplina na graduação e revistos os detalhes, se inicia um semestre letivo, no início do ano civil 2007, embora o escolar correspondesse a 2006. Isso por si só soa

estranho, ou seja, a divergência na identificação dos semestres letivos. No entanto, nas IES brasileiras, é um cenário constante e incluído à rotina da comunidade acadêmica. Os dirigentes do País nem estranham nem se importam com o problema. Na verdade, neste momento, este acréscimo importa tão somente como contexto, pois pretendo relatar a ocorrência do primeiro dia de aula, já em 2006, na disciplina Planejamento Bibliotecário.

Animada com a retomada do ano letivo, após longo período de greve, reví a avaliação da disciplina realizada pela turma anterior. As sugestões dos alunos diziam respeito a uma sala ventilada (havíamos utilizado a sala CCSA-205) e a meios visuais para facilitar a aprendizagem, a mídia eletrônica, haja vista que na sala, inexistiam condições para seu uso. Diante das reivindicações, preparei a aula em *power point* e reservei o chamado “Auditório Azul”, por conta das grades de suas janelas e dos estofados das cadeiras em azul. E que estofados! Feitos para quem tem glúteos malhados e bem sarados. Literalmente, há um parafuso para cada um dos lados! Quem suporta ficar sentado, sentindo por mais de meia hora dois parafusos? Digamos que, com esforço e boa vontade, usando tecnologia em favor da aprendizagem, é possível.

Retornando ao relato, cheguei antes das 19:00h e me dirigi à Secretaria do CCSA para receber a chave do Auditório e o *datashow*. À minha espera, um professor do Curso de Administração para saber da possibilidade de troca do local de aula. Estava com sua aula preparada para a sala de vídeo, mas descobrira ser impossível usar o vídeo na dita sala, porque ali não existia aparelho DVD! Novo descompasso: a aula teria duração de três horas e a sala estava com nova reserva depois de duas horas, isto é, não obstante a precariedade das salas, a demanda para seu uso era elevada!

Trocamos de sala. A história se repetiu: também não pude usar o *datashow*! Descobri que o problema era no computador. Isso só foi detectado quando estava encerrando o tempo a que eu tinha direito de uso da sala de vídeo, após o funcionário trocar várias vezes o equipamento, supondo que o defeito fora no *datashow*. E mais, o aparelho de refrigeração, ao contrário do esperado, esquentava o ar e amplia a proliferação de fungos. E a aula? Não ministrei! Os alunos, resignados, entenderam as condições e o esforço despendido. Espero que o professor do “Auditório Azul” tenha melhor história para contar em prol do alunado da minha querida UFPB!

Afinal, substantivos são palavras que nomeiam coisas, pessoas e lugares. São representações de suas substâncias. “As palavras agrupam sílabas e as sílabas, letras, porque há, depositadas nestas, virtudes que as aproximam e as desassocia, exatamente como no mundo as marcas se opõem ou se atraem umas às outras”. (FOUCAULT, 1999, p. 48). São tão importantes que o autor dedica 541 páginas de seu livro “As palavras e as coisas” para apresentar, verificar e discutir as significações das coisas, sua substância representada em palavras, em substantivos. Uma pessoa tem tal ou qual nome porque os pais escolheram, em homenagem a alguém querido (meu caso), por semelhanças ou por outras razões. O nome da pessoa passa a ser a forma de chamá-la ou nomeá-la. Assim também ocorre com as coisas e os lugares. Os substantivos os denominam e, por via de consequência, os distinguem e os diferenciam. Devia ser correto, mas nem sempre o é. Há palavras usadas sem sua representação. Isto se aplica à malfalada sala de vídeo, pois é somente uma palavra sem a substância da coisa!

12 AINDA A RESOLUÇÃO n. 07/2004

Há acontecimentos na UFPB que me incomodam, e suponho, a outras pessoas, igualmente. Para desafogar insatisfações questiono e luto – às vezes, lutas inglórias. E mais,

às vezes, escrevo. Ao colocar no papel parece que tudo se minimiza. Plagio Fernando Pessoa dizendo que “textos são papéis pintados com tintas” e, em alguns, as tintas não saem apenas dos cartuchos das impressoras. Óbvio que não incluo e não discuto a produção literária, denominada ficção, que se dedica ao romance, ao conto e à novela. Aquele gênero dos sonhos que se sonha e deseja realizado. Sonho que embala os seres viventes! Chamo de ficção especificamente a determinada política pública numa instituição de ensino, fazendo constar em documentos, em Leis e Resoluções, como diretrizes a serem seguidas, sabendo-se de antemão, que nunca serão efetivadas, porquanto sem condições de execução.

Nesta segunda categoria incluo novamente a Resolução n. 07, baixada pelo CONSEPE / UFPB, março de 2004, reformulada em duas ocasiões, em diversos artigos, e numa delas por exposição dos motivos antes exposto. A meu ver, ainda persiste com aspecto digno de modificações. O documento legal estabelece elaboração do Plano Geral de Capacitação Docente iniciando-se nos departamentos, em “um quadro que projete os recursos humanos a serem capacitados em seus respectivos níveis de qualificação” para terem direito a pleitear afastamentos de longa, média e curtíssima duração. Tudo com previsão para cinco anos, consolidado no Departamento, depois no respectivo Centro e após na PRPG onde é supervisionado pela Coordenação Geral de Capacitação Docente (CGCD).

Para a concessão de afastamento, exige uma série de documentos, de acordo com o nível pretendido. A inexistência do plano implica a impossibilidade de análise da solicitação. E se na elaboração, Departamento, Centro ou PRPG não tiverem observado os prazos de 30 dias para o primeiro, mais 30 para o segundo e até 90 dias para a consolidação final, o processo do professor envolvido no pleito será simplesmente indeferido.

A Resolução n. 07/2004 deveria ser usada todas as vezes que um professor solicitasse afastamento para qualificação, exatamente para verificar a existência (ou não) de previsão contida no plano. Depois de um ano e alguns meses, ainda não há o Plano Geral de Capacitação Docente. Desconfio que nem nos centros. Arrisco a afirmar que nem nos Departamentos. E se ele for produzido a partir de agora, já não atende mais aos prazos. Sendo assim, todos os requerimentos de afastamento dos docentes devem ser indeferidos, aliás, já deviam ter sido, desde julho de 2004, tempo em que o último prazo prescreveu.

A questão é: pode-se imputar ao professor (ou a quem quer que seja) penalidade por um problema que não laborou? A Resolução não responsabiliza o Departamento nem o Centro nem tampouco a PRPG / CGCD. A punição recai sobre quem não tem qualquer responsabilidade pela realização do plano. Mas, a famigerada não termina aí! Por evento de curtíssima duração considera-se congresso, seminário, missão ou evento compatível com as atividades docentes. Na última categoria insere-se a participação dos docentes em bancas de defesa de doutorado, mestrado, concurso, em reuniões acadêmicas das sociedades científicas ou similares, definidas e programadas por outras instituições. Que plano de qualificação pode prever num horizonte de cinco anos os eventos deste tipo que vão acontecer em determinada área? Que plano, mesmo com ajustes anuais, é capaz de prever quantos e quais os professores que serão convidados? As teorias atuais de planejamento se posicionam contrárias à ideia de Pitonisas (mulheres que, na antiga Grécia, mantinham a profissão de adivinhas), pois cenários e previsões de futuro são facilmente descartados a qualquer alteração contextual e de mudança, quer no ambiente interno, quer no externo. O planejamento como processo visionário é substituído, uma vez que, na atualidade, planejam-se estratégias para solucionar problemas reais. Ao menos é o que apregoam as escolas do pensamento estratégico e a literatura correspondente.

A Resolução a que me refiro e seus consequentes planos lembram *Batman begins* – o filme, ano 2005, 139 minutos, diretor Christofer Nolan. Numa grande empresa, herdada do

pai por *Batman* (Christian Bale), há uma Diretoria de Projetos. O presidente da empresa ocupa o tempo do diretor (Morgan Freeman) exigindo a elaboração de projetos. Este trabalha sozinho. Não há empregados, nem equipe, mas elabora continua a preparar projetos que jamais serão executados. Uns, porque demasiadamente caros! Outros, porque não possuem amplitude social! Outros ainda, porque salvarão vidas apenas de policiais! Entretanto, os projetos continuam a ser solicitados e a ser elaborados.

Meu visível desagrado é porque perdemos tempo precioso de nossas vidas com tarefas que não levam a nada. Tempo com a elaboração da Resolução. Tempo com a análise dos pedidos. Tempo para encontrar justificativa (contrariando a Resolução) que não prejudique quem está querendo se qualificar, ao invés de produzirmos um plano de capacitação coerente com os interesses de cursos e programas de pós-graduação. Um plano de ação que melhore a qualidade dos cursos e eleve seus conceitos. Que vá além: amplie o contingente de professores e em consequência, de suas qualificações. Perdemos tempo igual na Diretoria de Projetos de *Batman begins*. Acredito que o filme é uma ficção, tal qual a “nossa” Resolução n. 07/2004.

13 AS PRÁTICAS NA BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Em 2010, o Departamento de Ciência da Informação enfrentou problemática levada à reunião do colegiado. Pela primeira vez, como parte do novo Plano Político Pedagógico, seria ministrada a disciplina Laboratório de Práticas Integradas I. No entanto, nem a Coordenação do Curso nem a Chefia Departamental tinham perspectiva de qual professor iria assumi-la. Colocado o problema, pedi a palavra e expliquei que, desde meu ingresso à UFPB, defendi por anos a fio que as práticas do Curso deviam ser sequenciadas às disciplinas teóricas e não apenas no último semestre, razão pela qual gostaria de assumi-la. Solução encontrada, porquanto fui designada. Iniciei os contatos com a Biblioteca Central (BC) / UFPB para a realização das aulas e elaborei cuidadosamente o programa. Acertados todos os detalhes por meio de reunião com os profissionais bibliotecários da BC, iniciamos as práticas. Surge, então, a questão: práticas?

Penso que uma IES tem como principal tarefa cuidar da inovação intelectual tanto quanto da sua tradição e memória, e sua biblioteca central, universitária ou qualquer denominação deve ser, por excelência, o segmento responsável, por estocar, organizar, gerir e disseminar o conhecimento daquela organização. A BC ou BU deve ser responsável por todas as informações que na IES sejam produzidas e necessárias à ampliação de conhecimento, formação, capacitação e qualificação de todos os que a fazem.

As formas como se transmite informação e como o público as utiliza, assim como a formulação e o armazenamento de informações se modificam com o tempo. Portanto, é fundamental que a biblioteca esteja em dia com técnicas e tecnologias que se desenvolvem e que a auxiliam em suas atividades rotineiras. Seu corpo técnico deve estar consciente de que qualificação e capacitação são ferramentas que elevam o padrão e a imagem da instituição, da biblioteca, dos próprios profissionais, e, portanto, da comunidade interna e externa.

Há ainda outro aspecto no qual também acredito e por isso o defendo. Da mesma forma que o Hospital Universitário da UFPB é o lócus onde os profissionais de saúde desenvolvem sua prática e ampliam seus conhecimentos para exercerem a função de médicos, enfermeiros, nutricionistas, odontólogos, etc., a BU também deve sê-lo para os estudantes de Biblioteconomia e o Arquivo Central para os alunos de Arquivologia. Nessas instâncias, eles

têm possibilidades de desenvolver práticas que os fazem refletir sobre o conhecimento adquirido e definir estratégias de trabalho com competência em favor dos que necessitam e buscam informação ou serviços, bem assim dos menos favorecidos.

Até agora não houve contestações em relação ao que me refiro. Os profissionais recebem os alunos para visita, com gentileza e ética. Expõem as atividades desenvolvidas em setores e divisões, mas a prática e a realização das atividades, nem pensar. Encontro, aqui, motivação para questionar e solicitar a quem pode oferecer as respostas / as soluções.

Ao realizar a primeira avaliação do Laboratório de Práticas Integradas I, não tive qualquer surpresa. Como responsável por acompanhar os alunos, percebi desde sempre o que ocorria. Solicitei reunião com os envolvidos: Chefia Departamental, Chefia da BC e de vários setores e uma Comissão de Alunos, ano 2010. Com estes, assinei requerimento dirigido à autoridade máxima da UFPB, argumentando:

- Que o Departamento de Ciência da Informação oferece o curso de Graduação em Biblioteconomia somente no turno noturno.
- Que no novo Projeto Político Pedagógico oferece quatro disciplinas Laboratório de Práticas Integradas I, II, III e IV, nas quais os alunos paulatinamente desenvolvem atividades práticas em comum acordo com a teoria adquirida.
- Que assim como as disciplinas teóricas são ofertadas para o turno noturno, também as disciplinas práticas são ofertadas nesse turno.
- Que a Biblioteca Central recebeu demanda do Departamento de Ciência da Informação via Coordenação de Graduação para alocar 36 alunos do Curso de Biblioteconomia em atendimento à disciplina Laboratório de Práticas Integradas I.
- Que existe limitações por parte da BC em termos de equipamentos, recursos humanos e de estruturação física que necessitam ser solucionadas com urgência tendo em vista que nos próximos semestres outras disciplinas Laboratório de Práticas Integradas II, III e IV, farão demandas assemelhadas.
- Que dentre as limitações da BC, no horário noturno, funcionam apenas a circulação, referência e a seção de multimeios.
- Que os alunos reconhecem o esforço feito pelo Departamento e pela BC para cumprimento do plano proposto na disciplina Laboratório de Práticas Integradas I.
- Que a falta de equipamentos faz com que apenas seis alunos, por vez, usem os equipamentos da Divisão de Processos Técnicos.
- Que a impossibilidade de funcionamento de todos os setores da BC veta aos demais alunos o exercício de atividades práticas na BC.
- Que sugerem adaptação urgente da BC mediante aquisição de mais equipamentos de informática e conseqüente aumento da quantidade de recursos humanos para ampliar as atividades práticas da BC necessárias aos alunos no terceiro horário.
- Que se verifique a possibilidade de criação na BC de um Laboratório de Práticas Integradas visto que ela constitui o maior acervo do Estado, reunindo quantidade de bibliotecários e de atividades que também não são identificadas em outras instituições semelhantes.
- Que a prática desenvolvida pelos alunos deve ser considerada pela BC a contrapartida dos futuros bibliotecários em termos de preparação das obras, de produtos e de serviços a serem inseridos no seu Sistema e usados por docentes, funcionários e alunos que fazem a UFPB, e por outros públicos que encontrem na

BC o atendimento para suas demandas de informação e ampliação de conhecimento.

Sem qualquer resposta ao requerimento, a cada novo semestre, novo requerimento era acompanhado do(s) anterior(es) nos mesmos termos ou em termos diferentes, mas sempre com o mesmo objetivo. Diante da mudança de gestores na UFPB, no último requerimento, usei as palavras da autoridade máxima para ver se estas causavam eco, nos seguintes termos:

No último requerimento, referi-me à invocação a Darci Ribeiro, feita pela Reitora quando acolheu Don José Maria Pires, para o merecido Título de Doutor *Honoris Causa*. Com clareza, ela afirmou que não desejava estar do outro lado. Quando exilado no Uruguai, ele preferiu não ver o exílio como Homero “fruto da exclusão, da dominação, da anulação, da intolerância”, mas aproveitá-lo pelo lado da oportunidade do recomeço e da transformação. O exílio de Darcy Ribeiro no Uruguai, depois do Golpe Militar de 1964, mostra como o escritor brasileiro transformou a situação de banimento em produtividade e trabalho, ajudando a escrever, de forma crítica e atuante, parte da História cultural e política da América Latina (COELHO, 2002).

Usei suas palavras afirmando que também não gostaria de estar do outro lado, pois de que adiantaria o discurso de que a Biblioteca numa instituição de ensino é o coração e o cérebro que fazem existir e ampliar o conhecimento, se não se oferece aos futuros bibliotecários condições para que se tornem PROFSSIONAIS com letra maiúscula. Seria o mesmo que repetir a balela de que a educação e o ensino são importantes, mas não transforma em ação a intenção que reside nesse discurso.

De outra parte, pedi que houvesse nova avaliação, pois os alunos não estavam realizando práticas na biblioteca. Onde fica a vivência, o dia a dia da biblioteca? A relação com profissionais de outros setores? Como perceber uma biblioteca em pleno funcionamento, se apenas os setores que os recebem estão abertos e com o funcionário designado? E o conhecimento das necessidades dos usuários que chegam à biblioteca? E o desafio do atendimento a cada demanda? E a experiência que isso possibilita?

São perguntas que eles se fazem, nos fazem e nós recorremos à autoridade máxima da instituição: A REITORA. Os alunos não tendo como praticar sobre gestão de biblioteca, visitam instituições e percebem só o que é visível. Mas isso não é tudo quando se trata de gerir um órgão. Quando e como eles vão poder colocar em prática o que aprenderam na teoria da sala de aula?

Está surtindo efeito. Ao menos alguns professores, a Reitora e os dirigentes da BC, uma vez por mês, se reúnem para definir e realizar mensalmente ações que possam conduzir a uma solução. Exemplificando: encontrar uma sala para ser o ambiente das práticas; ampliar o número de funcionários que trabalham à noite; e, paulatinamente, atingir as condições de atendimento ao que é necessário ao alunado. Esta é uma vitória pequena ou uma pequena vitória. Por outro lado, e ao mesmo tempo, é preciso, ainda, conseguir pensar, incutir e operacionalizar atividades que a BC desenvolva para ampliar seu uso. E ainda o mais difícil a se considerar: modificar sua cultura organizacional.

14 A ARTE DE VIVER

Ao concluir sobre as memórias percebo que as estratégias fizeram parte de minha vida inexoravelmente. Aquilo que por impulso afirmava que não faria, era o que, em seguida, estava a me dedicar com todo afinco, o que deve ter contribuído para meu amadurecimento pessoal e intelectual, e para ter me tornado uma pessoa mais reflexiva.

Aliás, deve ser a isto que chamam de arte de viver. Sobre essa devo reconhecer as oportunidades que tive na UFPB ao me tornar parte de seu corpo docente, mas antes de tudo, dar mais uma vez razão a Foucault (1992), quando afirma que a aptidão só se adquire com a prática. Essa prática que vivenciei, desenvolvi e compartilhei com amigos e companheiros de trabalho, é que me levou a desfrutar oportunidades nos ambientes internos e externos e que seriam impossíveis sem ela. Elenco as possibilidades de:

- Presidir a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB) – período 2009-2010, juntamente com Valdir José Morigi (Vice-Presidente), Maria das Graças Targino (Secretária), Conselho Fiscal e Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação brasileiros;
- Editar e atualizar a revista “Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação” da ANCIB;
- Atuar como Docente Colaboradora no Programa de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco;
- Participar de Bancas de Comissões Julgadoras na Capes, na UFPB ou em outras IES, de: revalidação de diploma; concurso público; conselho editorial em diferentes instâncias, ênfase para títulos de periódicos científicos; progressão funcional; seleção de doutorado e de mestrado;
- Coordenar a elaboração do APCN do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPB em nível de mestrado e, logo após a obtenção do conceito quatro, a solicitação para o doutorado;
- Participar de bancas de qualificação e / ou de trabalhos de conclusão na UFPB ou em outras IES, de: iniciação científica, graduação, mestrado, doutorado;
- Orientar, coorientar e supervisionar, na UFPB ou em outra IES, trabalhos de graduação, jovem talento na ciência, iniciação científica, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado;
- Publicar, individualmente ou em coautoria, livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, trabalhos completos, resumos expandidos ou resumos em anais de eventos, prefácios de livros e editoriais de periódicos;
- Participar de eventos, congressos, seminários, encontros, feiras, etc., ora na qualidade de convidada, ora como avaliadora / apresentadora de trabalho / colaboradora na organização;
- Oferecer parecer avaliativo em livros, capítulos de livros, artigos de periódicos, trabalhos completos e resumos expandidos de eventos;
- Ministrando disciplinas em nível de graduação em vários cursos na UFPB e em nível de pós-graduação no PPGCI / UFPE e em vários outros da UFPB, incluindo o PPGCI;
- Organizar, em nível de extensão, Curso de Paleografia destinado a alunos de graduação e de pós-graduação, ministrado juntamente com a Professora Doutora Maria da Vitória Barbosa Lima.

Destaco a participação efetiva na Linha de Pesquisa do PPGCI “Ética, gestão e políticas de informação” por meio da qual afirmo que há uma constância na produção científica vinculada ao tema da **responsabilidade social**. São capítulos de livros, dissertações, artigos, projetos, trabalhos de conclusão de curso em que esta temática esteve discutida como foco, ou subsidiando o assunto principal. E ele começa a se delinear quando desenvolvi os primeiros questionamentos sobre ética em sua acepção mais geral e, posteriormente, entendi

que a responsabilidade social perpassava as atividades profissionais e docentes de quantos se envolvem com as Ciências Sociais Aplicadas e, ainda mais, com todos os seres do planeta, ao se desejar um mundo melhor, mais igualitário e justo.

Portanto, acredito que me tornei mais comprometida com a defesa por melhorias de condições, quando se trata da instituição do meu coração, pela qual tenho lutado parte da minha vida e por quem declaro amor incontestado. Não posso deixar de mencionar quanto o que está aqui registrado foi e é importante para mim, enquanto autora de minha própria história, contando na maioria das vezes com os amigos que fiz e mantive, com os membros familiares que tive e tenho, com os companheiros e com os colegas de trabalho com quem convivo e aprendo a cada dia. Por tudo isso, finalizo sem concluir.

Deixo em aberto as lutas que virão e novos combates aos quais não poderei permanecer alheia! As jabuticabas da casa da Tia Julita não ficaram para trás junto com os gostosos banhos de açude. Permanecem vívidas na mulher adulta que hoje sou e a quem compete não mais colher, com facilidade e deleite, frutas de árvores frondosas. A missão que assumi como profissional da FIPLAN e / ou docente da UFPB é descobrir a essência que há por trás de cada educando, sem perder o prazer e a alegria de ser e, sobretudo, a esperança de que há salvação para nossas instituições de ensino!

GRATA!

Para Adriana Coeli, Arlan, Arthur e Gabriel,
outra declaração de amor

Aos companheiros do Departamento de Biblioteconomia e do
Departamento de Ciência da Informação com quem tenho a honra de
conviver e compartilhar desde 1988, agradeço.

FONTES DE INFORMAÇÃO

BARRETO, A. A. A condição da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 67-74, jul./set. 2002.

_____. **Informação e transferência de tecnologia**: mecanismos e absorção de novas tecnologias. Brasília: IBICT, 1992.

BRASIL. **Lei n. 12.772 de 28 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL>>. Acesso em: 22 jan. 2014.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

COELHO, H. R. O exílio de Darci Ribeiro no Uruguai. **AletriA**, p. 211-225, 2002. Disponível em: <<http://www.lettras.ufmg.br/poslit>>. Acesso em: 18 maio 2014.

CRUZ, C. H. B.; GURALNIK, H. C. Indicadores FAPESP de ciência, tecnologia e inovação. **Boletim FAPESP**, São Paulo, n. 3, nov. 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: _____. **O que é um autor?** 2. ed. Lisboa: Passagens: Vega, 2002.

_____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOLDIM, J. R. **Caso Hexamethonium**: morte de voluntário em pesquisa. Disponível em: <<http://www.bioetica.ufrgs.br/hexame.htm>>. Acesso em: 10 abr.2014.

LETA, J.; CRUZ, C. H. B. A produção científica brasileira. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. M. (Org.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LLOSA, M. V. **Elogio à leitura e à literatura**. Discurso ao receber o Prêmio Nobel de Literatura, Estocolmo, Suécia, 7 dez. 2010. Trad. de Maria das Graças Targino.

LOPES, R. J. As maiores da produção científica. **Folha Sinapse**, São Paulo, 17 dez. 2002.

MARQUES, F. Indicadores, uma prova de qualidade. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 102, p. 24-27, ago. 2004.

MATUS, C. **Adeus senhor presidente**: planejamento, antiplanejamento e Governo. Recife: Litteris, 1989.

_____. **Estratégias políticas**: Chimpanzé, Maquiavel e Ghandi. São Paulo: FUNDAP, 1996.

_____. **Política, planejamento e governo**. 3. ed. Brasília: IPEA, 1997.

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origens, evolução e relações. In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON CONCEPTIONS OF LIBRARY AND INFORMACION SCIENCE. 1991. [**Anais...**] Tampere: 1991.

SILVA, A. A. R.; FUJINO, A. Indicadores de estudos sobre o trabalho em Ciência da Informação (PPC). In: ENCONTRO BRASILEIRO DE BIBLIOMETRIA E CIENCIOMETRIA, 4., 2014, Recife. [**Anais...**] Recife, 2014. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/conferences/index.php/ebbc4/recife/index>>. Acesso em: 18 maio 2014.

TARGINO, M. G; GARCIA, J. C. R. Ciência brasileira nas bases de dados do Institute for Scientific Information (ISI). **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 103-117, jan./abr. 2000.